

**BENS E RIQUEZA NO MEIO EVANG3LICO – UMA ABORGAGEM
3TICA CRIST3**
**ASSETS AND WEALTH IN EVANGELICAL CIRCLES – A CHRISTIAN
ETHICAL APPROACH**

Eliezer Laurence Elias¹

Fridbert August²

Hartmut August³

RESUMO

Este artigo apresenta um breve estudo sobre o que a B3blia ensina com rela33o aos bens e 3 riqueza para os crist3os atrav3s de uma abordagem 3tica. Ele foi dividido em cinco cap3tulos. O primeiro refere-se aos bens e propriedades no Antigo Testamento onde foram abordados os seguintes assuntos: A 3tica atrav3s dos Dez Mandamentos com 3nfase no oitavo e d3cimo mandamentos; o Ano Sab3tico, Ano do Jubileu e o Ano da Remiss3o, como mecanismos de prote33o a terra e aos propriet3rios desta. O segundo cap3tulo refere-se ao que a B3blia ensina no Novo Testamento com rela33o aos bens e as propriedades, nos evangelhos, nas cartas paulinas e nos demais livros. O terceiro cap3tulo aborda os bens e propriedade no mundo atual onde h3 uma 3nfase na teologia da prosperidade. O quarto cap3tulo trata a doutrina da Mordomia Crist3 onde 3 mostrado que Deus 3 o propriet3rio de tudo que existe, sendo o homem apenas seu mordomo. E o 3ltimo cap3tulo aponta para o que a 3tica b3blica crist3 espera daqueles que seguem a Jesus Cristo. Uma grande parcela dos crist3os contempor3neos se deixou levar pelas ondas do materialismo e consumismo. Os ensinoss de Jesus n3o pro3ibem que seus seguidores sejam ricos, contudo, alerta que estes n3o enra3zem em seus cora333es este desejo, mas, antes tenham um cora33o voltado ao Reino de Deus e para a disponibilidade, visando construir uma sociedade mais igualit3ria.

PALAVRAS-CHAVE: Bens. Riqueza. Propriedades. Mordomia crist3.

¹Discente do curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Fidelis. eliezer.elias@hotmail.com

² Docente do curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Fidelis. fridbert@iemav.org.br

³ Docente do curso de Bacharelado em Teologia da Faculdade Fidelis. hartmut.august@fidelis.edu.br

ABSTRACT

This article presents a brief study of what the Bible teaches regarding the assets and wealth to Christians in an ethical approach. It was divided into five sections. The first one refers to assets and property in the Old Testament where the following issues were addressed: The Ethics through the Ten Commandments with emphasis on the eighth and tenth commandments; the Sabbatical Year, The Year of the Jubilee and The Year of the Remission, as land and land owners protection mechanisms. The second chapter addresses what the Bible teaches in the New Testament in relation to goods and property in the Gospels, in Paul's letters and other books. The third chapter approaches the goods and property in today's world where there is an emphasis on the theology of prosperity. The fourth chapter is an analysis of the doctrine of Christian stewardship where it is shown that God is the owner of everything that exists, and man is merely a steward. And the last chapter points to what the Christian biblical ethics expected of those who follow Jesus Christ. A big portion of nowadays Christians has been carried away by the waves of materialism and consumerism. The message of Jesus does not forbid being rich, however, warns the followers to not let that wish grow in their hearts. It teaches to have the heart facing the Kingdom of God in order to build a more egalitarian society.

KEYWORDS: Assets. Wealth. Properties. Christian Stewardship.

INTRODUÇÃO

Riqueza e pobreza são temas não recorrentes na igreja cristã contemporânea, mais especificamente no ramo desta, denominado evangélico. É um assunto pouco explorado nos sermões, nos ensinamentos bíblicos, palestras etc., embora exista material como: livros, cursos, vídeoaulas relativo a finanças pessoais, estes são direcionados a um grupo específico de pessoas já bastante endividadas. Pode-se creditar o crescente número de evangélicos com problemas na área de finanças à secularização da igreja, mais especificamente o materialismo, consumismo e hedonismo.

Se de um lado existe um cristão oprimido por suas contas, há do outro lado o cristão rico, bem sucedido que cada vez mais agrega valor em seu patrimônio. Como está sendo usada esta riqueza? Ela está sendo usada de acordo com os princípios ético-cristãos, ou, de acordo com os princípios seculares onde poder e riqueza determina o que o homem é?

Basta uma rápida olhada ao redor para perceber a enorme desigualdade social existente. Existe um grande número de pobres em relação a alguns poucos ricos. Num país de maioria cristã, onde destes existe um grande número de evangélicos, a não relevância do cristianismo contemporâneo como agente de mudanças na sociedade é facilmente percebida.

A percepção da maneira como muitos evangélicos estão lidando com relação à área financeira, foi o que motivou a escolha do tema. A maioria destes age em relação à riqueza e à pobreza, influenciados pelas ondas de consumismo, materialismo e hedonismo tão comum na sociedade contemporânea, ao invés de agirem em consonância com os princípios bíblicos.

Possuir bens materiais (roupa, dinheiro, moradia) é necessidade básica, no contexto de uma sociedade onde a economia capitalista impera. Aos cristãos cabe então avaliar até onde estes atendem às suas necessidades ou se escravizam por elas. Tem realmente o suficiente ou, esta sociedade materialista, seus modismos e seu consumismo desenfreado, dita aquilo que ele precisa para viver.

Neste artigo será analisado o que a Bíblia ensina sobre o tema, a perspectiva de bens no Antigo Testamento, no Novo Testamento e nos dias atuais.

Alguns assuntos que se relacionam intrinsecamente com o estudo que são: a mordomia, o oitavo e décimo mandamento e a teologia da prosperidade serão também abordados.

1. BENS E PROPRIEDADE NO ANTIGO TESTAMENTO

A primeira indicação sobre bens e propriedade no Antigo Testamento está relacionada com o cultivo e a guarda da terra conforme observado em Gênesis 1.29,30⁴.

A posse da terra no Antigo Testamento tinha uma conotação de hereditariedade onde leis como o Ano do Jubileu citada em Levítico 25.8-34 e, o Ano da Remissão descrito em Deuteronômio 15, preservavam este direito. Contudo esta doutrina

⁴ Para todas as citações bíblicas do artigo será utilizada a Bíblia Nova Versão Internacional, 2007.

ensinada nos tempos da peregrinação do povo judeu no deserto só faria sentido a partir da posse da Terra Prometida dividida entre as doze tribos de Israel, conforme pode se observar na leitura dos capítulos 13 a 21 do livro de Josué.

Os judeus, um povo seminômade, tiveram sua origem quando da aliança de Deus com Abraão. Este acordo prometia que ele seria o patriarca de uma grande nação que propagaria o nome de Deus a todos os povos, conforme observado no capítulo 12 do livro de Gênesis. John Bright, doutor, pesquisador, pregador e referência internacional sobre a história de Israel, tece o seguinte comentário:

[...] séculos antes de Israel tomar posse de Canaã, seus antepassados tinham vindo da longínqua Mesopotâmia e como seminômade tinham vagueado pela terra, sustentados pela promessa de Deus de que ela um dia iria pertencer à sua posteridade. (2003, p. 4).

Sendo Israel um povo em formação ainda não existiam leis específicas sobre bens e propriedade. Todas as leis foram dadas após o êxodo do Egito. A primeira citação sobre bens e propriedade, um dos objetos deste estudo, está vinculada a Abraão. Em Gênesis 13.2, o texto indica que ele era muito rico e que possuía gado prata e ouro.

Faz-se necessário salientar que a aliança de Deus para com Abraão prometia que ele seria próspero para abençoar as demais nações do mundo, não para seu enriquecimento pessoal, conforme observado na última frase do texto de Gênesis 12.3: “[...] e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados”.

A divisão e ocupação da terra prometida marca a transição de um povo nômade para um povo que obteria da terra a sua subsistência. Além do sustento, a aquisição de propriedades dará ao povo a condição de acumular riquezas, este fato pode ser observado conforme o comentário de Bright:

À medida que eles aprendiam a técnica, a cultura material aumentava. A introdução de caravanas de camelos para o transporte no deserto, durante este período, e a expansão do comércio marítimo, do qual os membros de certas tribos de Israel parecem ter participado (Jz 5.17), contribuíram sem dúvida para a prosperidade geral. (2003, p. 221).

A consequente evolução econômica deixou o povo mais próspero. Toda a prosperidade de uma nação traz consigo desigualdades sociais, uma pequena classe rica e dominante em detrimento a outra classe pobre e oprimida.

Contudo, Deus, prevendo a ganância do homem, deixou com Moisés diversas leis para combater a usura. Sider comenta: “Deus criou mecanismos e estruturas para evitar grandes desigualdades econômicas entre seu povo”. (1982, p. 91). A seguir será comentado sobre os quatro principais mecanismos que contemplam esta prevenção que Sider se refere.

1.1 A ÉTICA ATRAVÉS DOS DEZ MANDAMENTOS

Os dez mandamentos ou decálogo como é conhecido, é o conjunto de regras morais e éticas dadas primeiramente ao povo judeu, mas que contemplam todos os cristãos. O Manual Bíblico Vida Nova na traz a seguinte reflexão:

Os Dez Mandamentos são uma expressão do próprio caráter de um Deus santo, fiel, glorioso e salvador. Mesmo os “estatutos” e “julgamentos” voltados especificamente para o Israel do Antigo Testamento exemplificam padrões de santidade e integridade, sendo partes indispensáveis do que Deus espera de seu povo de todas as épocas. (Dockery, 2001, p. 183).

Os Dez mandamentos entregues primeiramente aos judeus, são a vontade de Deus para com seu povo até nos dias atuais, ou seja, todo cristão vive ainda hoje sob a vigência das tábuas entregues a Moisés. São encontradas diversas referências do decálogo na Bíblia em Êxodo 20.1-17, Deuteronômio 5.6-21, também existe referência em Levítico e vários livros proféticos. No Novo Testamento eles são repetidos, o que os tornam atuais mesmo para aqueles que não são judeus.

Especificamente dois mandamentos estão ligados à posse de bens materiais, o oitavo e o décimo mandamento.

O oitavo mandamento (não furtarás) apresenta a obrigação com o próximo no tocante ao direito de propriedade e aos seus bens. Este mandamento visa salvaguardar o direito da posse daqueles a quem a terra hereditariamente pertencia. Reifler faz o seguinte comentário.

Não furtar significa não possuir coisa alguma que não tenha sido obtida por meios lícitos e honestos. Esse mandamento pressupõe o direito individual de adquirir e administrar, mas visa evitar a subtração oculta do alheio, contra a vontade do dono legítimo. (1992, p.181).

Ainda segundo Reifler (1992, p. 181 e 182), aplica-se este mandamento para os meios que o homem moderno usa para obter, manter ou ampliar seu patrimônio de forma ilícita, tais como: usura, corrupção, superfaturamento, manobras comerciais injustas ou desonestas monopólios, cartéis, suborno, desvio de verbas, atrasos em pagamentos, entre outros, todos estes subterfúgios alertados por este mandamento, devem ser evitados pelo povo de Deus.

O décimo mandamento: “Não cobiçarás a casa de teu próximo. Não cobiçarás a mulher do próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.” (Êx 20.17). Relaciona-se intrinsecamente ao oitavo mandamento como forma de advertência.

Estes mandamentos mostram o cuidado de Deus para com seus filhos. A terra e seu uso era o principal meio de sustento do seu povo no contexto em que as normas foram escritas. Ao contextualizar a ideia destes dois mandamentos fica evidente a vontade de Deus em proteger os bens de uma família da ganância humana.

1.2 O ANO SABÁTICO

A lei do Ano Sabático ditava que ao sétimo ano a terra teria um ano de descanso sem sementeira nem colheita. O sustento do povo seria a produção do ano de descanso, onde havia a promessa de Deus de que haveria o recurso necessário por três anos (Lv 25.21).

A economia do povo girava em torno da terra e suas colheitas. Um ano sem trabalhar a terra certamente deixaria o povo judeu menos competitivo economicamente falando. Sobre este fato Blomberg comenta: “Tais leis foram relativamente sem paralelos no antigo Oriente Médio e, portanto, marcaram Israel como um povo distinto e potencialmente menos produtivo em comparação com a concorrência” (2009, p. 42).

Ainda segundo Blomberg (2009, p. 43) esta lei remete ao evento do maná no deserto; onde o sustento do povo judeu dependia exclusivamente de Deus que fornecia o alimento necessário para cada dia (Gn 16). Tal exemplo deixa claro que a vontade de Deus é que seu povo seja totalmente dependente Dele, que não acumule bens em demasia e faça esforços para que seu próximo consiga viver com dignidade.

1.3 O ANO DO JUBILEU

A lei sobre o Ano do Jubileu contida em: Levítico 25:8-17, 23-55, ditava o retorno do dono original à sua propriedade que fora arrendada ou entregue para pagamento.

A cada cinquenta anos a terra voltaria ao seu dono original, criando desta forma um princípio justo na divisão da terra. Reifler refere-se a este assunto como: "[...] uma reforma agrária justa e adequada" (1992, p.185).

A terra era o principal sustento do povo. Em uma sociedade essencialmente agrícola a terra representava o capital (Sider, p. 93, 1982). Portanto tal lei representava uma preocupação de Deus para a inexistência de pobres no seio de seu povo.

1.4 O ANO DA REMISSÃO

Paralelamente ao Ano Sabático, "no final de cada sete anos as dívidas deverão ser canceladas" (Dt 15.1), o que caracterizava o Ano da Remissão. Esta lei visava que não existisse pobreza em Israel; "Assim não deverá haver pobre algum no meio de vocês..." (Dt 15.4). Os escravos também eram libertados. Os israelitas vendiam seus serviços, mas nunca a si próprios. As sobras das colheitas eram deixadas para que os necessitados pudessem se alimentar (Rt 2.6).

Reifler resume a perspectiva de bens e propriedade no Antigo Testamento da seguinte maneira:

Percebemos que o Antigo Testamento nunca favorece uma ideia absolutista de propriedade, porque isto negaria a soberania e a justiça de Deus. O israelita considerava-se peregrino e não proprietário eterno, mordomo temporário e não dono [...] Em síntese podemos ver que no Antigo Testamento, a propriedade

nunca era absoluta, mas sempre temporária, e que o proprietário era visto como um mordomo (Sl. 39.12; Sl. 119.19). A propriedade sempre tinha um fim social (Pv. 28.27; 31.20) e era devidamente protegida por Deus, através do oitavo e do décimo mandamentos (1992, p.186,187).

O jubileu e o ano sabático eram sistemas adequados para o povo em determinada época que, se levados à implantação nos dias de hoje encontrariam muitas barreiras principalmente de ordem econômica. Cabe aos cristãos evangélicos, observando estes dois princípios bíblicos, a defesa de uma contextualização destes valores. Ou seja, buscar um misto das ideologias capitalista e socialista onde se preserve a propriedade privada e se implante mecanismos de igualdade social onde seja evitado o acúmulo de capital e a centralização do poder.

Infelizmente os mecanismos de nivelação e igualdade social como o jubileu e o ano sabático, mesmo sendo palavra de Deus para seu povo e exigindo obediência, provavelmente nunca foram efetivamente postos em prática, ou apenas de forma esporádica este último. Os textos contidos em 2 Crônicas 36.20-21 e Levítico 26.25-36, insinuam que a inobservância destas leis foram a causa do exílio Babilônico (Sider, 1982, p. 94, 96).

Estudos arqueológicos, comparando as habitações, mostraram que logo após a ocupação da terra prometida o padrão social entre o povo era muito semelhante. Dois séculos mais tarde, no tempo de Amós que profetizou sobre esta desigualdade, mostram a discrepância destas edificações, casas maiores e melhores em detrimento a outras mais pobres e menores amontoadas em outros locais (Sider, 1982, p. 64).

Esta desigualdade pode ser creditada ao surgimento dos reis em Israel. Em I Samuel 8.1-21, o povo pede um rei conforme as outras nações, o que desagradou profundamente a Deus. Porém, conforme observado nos versículos 11 a 18, eles foram alertados de toda a carga social e tributária e os custos que viriam com a implantação do reinado.

Segundo Bright, foi no reinado Davi, que um embrião de uma carga tributária começa a se formar (2010, p. 254). Os reis sistematicamente, conscientes ou não, visando cobrir as despesas de seus reinos, colaboraram com o declínio social e religioso de Israel. Sobre este tema Wright comenta:

Foram os reis que dividiram a nação, que infringiram o padrão tradicional da posse e aceleraram as forças econômicas da opressão e de da desigualdade. Foi o orgulho deles que custou caro a nação no jogo das alianças políticas e das guerras. Foram eles que introduziram, ou pouco fizeram para evitar, a constante apostasia e idolatria popular (1991, p. 128).

O déficit nos cofres de Israel herdado por Roboão de seu pai Salomão, para manter as despesas de seu reinado causando a exploração do povo, foi a principal causa do cisma de Israel entre as tribos de Judá (sul) e as demais (norte), conforme o observado em I Reis 12.1-24.

Se Roboão tivesse o discernimento devido, ao invés de arrogância e estupidez, teria sido nomeado rei sem qualquer problema (Bright, 2010, p. 282), mas a sede de poder e a ganância causaram esta ruptura.

A cisão enfraqueceu ambos os reinos, tornando-os presas fáceis aos exílios que viriam através dos impérios assírio e babilônico aos reinos do norte e sul respectivamente.

Após os exílios e a narrativa profética há um período de silêncio na Bíblia, denominado período interbíblico ou intertestamentário de aproximadamente quatro séculos. Neste momento histórico aconteceu o período pós-exílico, a queda dos impérios babilônico e assírio; a ascensão e declínio do império grego e a dominação da Palestina pelos romanos. Sobre as posses neste último período Tognini tece o seguinte comentário:

A classe média desaparecera; ficaram os extremos: muito rico e muito pobre. [...] As pequenas propriedades desapareceram. Prevaleceu o sistema latifundiário. Tornou-se agudo o problema racial, principalmente entre judeus e gentios. Estas desigualdades sociais, clamavam por um Deus justo e bom que pudesse reivindicar os direitos dos pequenos, muitas vezes conspurcados pelos poderosos e grandes (1951, p. 220, 221).

É esse o cenário histórico em que entra em cena aquele que iria redimir a todos principalmente os pobres e humildes, Jesus Cristo, sua mensagem, deixa claro aos seus seguidores, o que fazer com seus bens.

2. BENS E PROPRIEDADE NO NOVO TESTAMENTO

Com a dominação romana, o povo judeu, começa a mudar o foco, instituído por Deus, onde não deveria existir pobres em Israel. Segundo Davids, no judaísmo do primeiro século existiam dois principais grupos de pessoas os ricos e os pobres. Os ricos se subdividiam em quatro grupos distintos: os sacerdotes que lucravam com os sacrifícios oferecidos no templo; a família herodiana que possuía mais da metade de terras; os remanescentes da aristocracia judaica, que adquiriam terras, mas não as cultivavam arrendando-as aos lavradores; prósperos comerciantes que controlavam parte da economia (Davids, 2012, p. 1133). Davids ainda comenta:

O judaísmo aceitava esta disparidade social, incentivando os ricos a dar esmolas aos mais pobres dentre os pobres. Jesus, entretanto, viu a riqueza como um obstáculo à entrada no Reino de Deus e pronunciou bênção sobre os pobres que buscavam a Deus. Ele ensinou aos seus seguidores uma ética da doação radical que tem como base a confiança em Deus e a vinda do reino [...] (*id.*).

O Novo Testamento carece de normas tão bem definidas no que tange aos bens e propriedade como no Antigo Testamento. Existem pressupostos sobre bens materiais. Para facilitar o entendimento do assunto Riqueza e Pobreza no Novo Testamento, será assim dividido: Evangelhos, Cartas Paulinas e nos demais livros do cânone Neotestamentário.

2.1 EVANGELHOS

Davids comenta que nos Evangelhos Sinóticos⁵ é em Lucas que se concentra a maior parte do ensino econômico de Jesus. Ainda segundo ele os três autores desses evangelhos harmonizam seus pensamentos quando colocam que o acúmulo de riqueza coloca dificuldades na subsistência de outros (Davids, 2012, p. 1137).

Nos sinóticos, principalmente Mateus e Lucas, há um interesse especial de Deus para com os pobres. Jesus anuncia que suas boas novas são para os pobres, cativos e

⁵ Consideram-se Evangelhos Sinóticos os livros de Mateus, Marcos e Lucas pela similaridade da narrativa.

cegos (Lc 4.18-19). Este interesse se comprova nas bem-aventuranças: “[...] Bem-aventurados vocês, os pobres, pois a vocês pertencem o Reino de Deus. Bem-aventurados vocês, que agora têm fome, pois serão satisfeitos. Bem-aventurados vocês, que agora choram, pois haverão de rir.” (Lc 6.20-21).

Para Jesus os bens e riqueza não eram de todo ruins, no entanto, ele alertava para o perigo advindo dela. Pierrat sobre a riqueza comenta: “O Novo Testamento tem muita coisa a nos dizer sobre a riqueza, mas em nenhum lugar ela é apresentada como algo que deva ser buscado. Em vez disso, quase sempre é apresentada como uma armadilha ou perigo.” (1993, p. 147).

O texto do jovem rico em Lucas 18.18-23 ensina que aquele rapaz tinha em seu coração o apego aos bens materiais em detrimento à Palavra de Deus. Não significa uma prescrição desfazer-se totalmente de seus bens. Logo à frente o mesmo autor narra a conversão de Zaqueu o publicano. Sem qualquer questionamento de Jesus ele se compromete a dar metade de seus bens aos pobres. Também a ressarcir quem extorquiu dando-lhes quatro vezes mais (Lc 19.1-10).

Ao comparar os dois relatos é fácil perceber que Jesus se importa com o que está em nossos corações. Zaqueu não precisou abdicar de todo o seu patrimônio. O ensinamento deste texto é desapego das posses para obter a salvação, conforme observado no versículo 9: “[...] Hoje houve salvação nesta casa [...]”.

Os bens materiais não são ruins desde que usados com responsabilidade e para honra e glória do Reino de Deus. Joana, Susana e outras mulheres ajudavam a sustentar Jesus e seus discípulos com seus bens (Lc 8.3).

Grande parte do ensino de Jesus foi através das parábolas. Blomberg comenta que o foco principal das parábolas eram a espiritualidade e o discipulado cristão visando o reino de Deus. Contudo a administração dos bens estava intrinsecamente ligada a elas, uma vez que os extremos entre pobreza e riqueza são intoleráveis para aqueles que seguem a Jesus (2009, p. 126).

Outro ensinamento no Novo Testamento é o desafio de Jesus a seus discípulos para seguirem, assim como ele, uma vida de simplicidade e pobreza. “Jesus respondeu: - As raposas têm suas tocas e as aves do céu têm seus ninhos, mas o Filho do homem não tem onde repousar a cabeça” (Mt 8.20).

Jesus enfatiza em seu ministério que o cristão deve comprometer-se aos princípios do Reino de Deus e não com as riquezas. "Então Jesus disse aos seus discípulos: - Se alguém quiser acompanhar-me, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me." (Mt 16.24).

Blomberg (2009, p. 145) sugere mais um ensinamento de Jesus contido nos evangelhos, uma concepção de comunidade. O homem não foi criado para viver sozinho. Ele existe para se relacionar, primeiramente com Deus e depois com o próximo. Uma vez que o espírito comunitário representa o desejo de Deus, o cristão não pode ficar alheio à miséria e à opressão que ocorre em sua volta. Quando todo o povo de Deus compreender que deve compartilhar parte de seus recursos para suprir as necessidades dos carentes, realmente estará obedecendo à Sua vontade.

As principais conclusões obtidas de Jesus através dos evangelhos, com relação aos bens e riqueza, podem ser resumidas da seguinte forma: o cristão não deve se preocupar com este mundo, mas, com a eternidade; possuir bens e riqueza não é ruim, desde que estes não estejam enraizados em seus corações; buscar uma vida de simplicidade; criar uma empatia com a comunidade principalmente no tocante à opressão e a pobreza.

2.2 CARTAS PAULINAS

T. E. Schmidt (2012, citado por REID org., p. 1144) comenta que nos ensinamentos de Paulo não existe uma atenção especial na riqueza nem na melhor forma de usá-la. Adiciona o fato que na época de Paulo existia um grande número de novos convertidos em boa situação financeira. Blomberg corrobora com esta afirmação quando comenta: "Ele viveu e contribuiu com aquele período do cristianismo que começou a ver, pelo menos, alguma melhoria notável no padrão socioeconômico geral dos convertidos [...]" (2009, p. 177).

Da mesma maneira como existe pouca indicação de Paulo sobre o tema da pobreza, existe uma indicação em Romanos 15.26 que estava havendo uma coleta para os pobres dentre os convertidos em Jerusalém (Rm 15.26).

Schmidt indica que a ética de Paulo com relação ao dinheiro consiste em alguns temas bem definidos: não amor ao dinheiro (1Co 5.11; 1Tm. 3.8; Tt 1.7); incentivo ao trabalho para se evitar a pobreza (Rm 13.8; 1Ts 4.11,12); auxílio aos outros com liberalidade (Rm. 12. 8, 13; 1 Co 16.2) (Reid, 2012, p. 1145).

O ensino e a espiritualização são a ênfase de Paulo em seus ensinamentos, Pierrat tece o seguinte comentário: "Segundo a teologia paulina, o que manifesta a presença do reino não são as coisas espetaculares confortáveis ou triunfantes, mas as discretas, os sofrimentos e a aparente derrota (2Tm 2.3; 4.5)". (1993, p. 147). Contudo não deixa de falar sobre a riqueza e pobreza em suas cartas. Num sentido mais amplo ele conclama seus ouvintes a um novo nascimento em Cristo. Nesta nova vida o crente deve mudar por completo sua forma de pensar e agir, resultando que o relacionamento com o próximo deve ser de forma integral.

2.3 DEMAIS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO

O relato sobre riqueza no livro de Atos é atípico em relação aos demais livros do Novo Testamento, onde não se condena a riqueza desde que ela seja usada com liberalidade junto aos necessitados, já que ele aponta para uma igualdade social da comunidade, conforme descrito no texto abaixo:

Todos estavam cheios de temor, e muitas maravilhas e sinais eram feitos pelos apóstolos. Todos os que criam mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo suas propriedades e bens, distribuíam a cada um conforme a sua necessidade. Todos os dias, continuavam a reunir-se no pátio do templo. Partiam o pão em suas casas, e juntos participavam das refeições, com alegria e sinceridade de coração (At 2. 43-46)

Segundo Schmidt, estudiosos comentam, que a ausência de ensino sobre a divisão de bens no restante dos demais escritos cristãos depois de Atos, deve-se ao fato da falência deste sistema, quando fica evidente que a segunda vinda de Cristo demoraria a acontecer (Schmidt, 2012, citado por Reid org., p. 1147).

As outras epístolas seguem o padrão visto anteriormente nas epístolas paulinas, ou seja: a não condenação aos bens e riqueza, mas, o alerta para que estes valores não se sobreponham à Palavra de Deus, conforme indicado no texto a seguir:

As Cartas Pastorais e Hebreus refletem o que podemos chamar de "valores da classe média". Elas partilham o desejo que os cristãos estejam satisfeitos com sua situação econômica e pessoal (1 Tm. 6.6-10; Hb. 13. 5b) e condenam o amor ao dinheiro (1Tm. 6.10; 2Tm 3.2; Hb. 13.5a; Tt 1.7), sem condenar os que possuem muitos bens. Para os ricos a recomendação é: "Pratiquem o bem e enriqueçam com boas obras, sejam solidários e generosos" (1Tm 6.17,18). Ordena-se a todos os crentes que pratiquem a hospitalidade (1Tm 5.10; Hb 13.2,16.). (Reid, 1147, 2012).

No Apocalipse, João nos remete a uma reflexão sobre uma renúncia aos bens materiais para encontrar o Reino de Deus conforme observado no texto a seguir:

Você diz: Estou rico, adquiri riquezas e não preciso de nada. Não reconhece, porém, que é miserável, digno de compaixão, pobre, cego e que está nu. Dou-lhe este conselho: Compre de mim ouro refinado no fogo e você se tornará rico; compre roupas brancas e vista-se para cobrir a sua vergonhosa nudez; e compre colírio para ungir os seus olhos e poder enxergar (Ap 3.7-18).

Como mensagem escatológica⁶ indica que o ser humano deve estar pronto para a segunda vinda de Cristo e que somos passageiros nesta terra.

O Novo Testamento não condena que o cristão possua bens, ele alerta do perigo destes para a caminhada na vida cristã. Enfatiza fortemente um coração voltado para o Reino de Deus, onde estes bens são uma dádiva de Deus e devem ser usados para a edificação do corpo no tocante a ajuda aos necessitados, ofertas voluntárias, hospitalidade, entre outros.

3. BENS E PROPRIEDADE NO MUNDO ATUAL

O cristão vive numa realidade onde o secularismo invadiu as igrejas tornando os princípios bíblicos relativos e não absolutos. O dicionário Aurélio define secularização como "Fenômeno histórico dos últimos séculos pelo qual as crenças e instituições religiosas se convertem em doutrinas filosóficas e instituições legais" (Ferreira, 1975,

⁶ Escatologia é a parte da Teologia que estuda a "Doutrina das Últimas Coisas", ou seja, trata de assuntos relativos à volta de Cristo.

p.1279). O secularismo traz para dentro da igreja princípios não condizentes com a Bíblia onde se destacam entre outros: o hedonismo (busca do prazer) e o materialismo.

É neste cenário que as igrejas cristãs contemporâneas estão inseridas. Os "fiéis" buscam prazer nas coisas do mundo em nome de Deus. Dizem-se cristãos, mas não atentam para o que palavra de Deus diz. A bíblia é clara quando ensina: "Não se amoldem ao padrão deste mundo, mas transformem-se pela renovação da sua mente, para que sejam capazes de experimentar e comprovar a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2).

Cada vez mais o cristão demonstra que não se aprofunda na leitura e interpretação da Bíblia. Ele se deixa levar por tudo que lhe é dito através da mídia e da ética secular sem confrontar se isto está de acordo com a vontade de Deus para sua vida. A renovação da mente se dá através da intimidade com Deus, onde a Bíblia e a oração são fundamentais.

Outro fator que pode levar a secularização mesmo dentro das igrejas cristãs são às ondas de consumismo e materialismo que afetam a relação do crente com Deus, os ventos de doutrinas ou falsas teologias, conforme alertado em Efésios 4.14: "O propósito é que não sejamos mais como crianças, levados de um lado para outro pelas ondas, nem jogados para cá e para lá por todo vento de doutrina e pela astúcia e esperteza de homens que induzem ao erro".

A Teologia da Prosperidade, tão em voga no meio evangélico contemporâneo, é a principal onda de desvirtuamento da Bíblia com relação ao tema. Baseia-se num argumento denominado de "confissão positiva". Pieratt define-a da seguinte forma: "[...] a confissão positiva ensina que o cristão será próspero segundo aquilo que ele conhece sobre seus direitos, de acordo com a firmeza com que ele acredita neles e pelo modo como os confessa". (1993, p. 65). Baseada em "pinceladas" do texto bíblico, sem qualquer exegese, o adepto desta corrente exige que sua vontade seja executada.

Romeiro complementa este conceito:

Uma das afirmações mais contundentes desta corrente é que o cristão deve ser próspero financeiramente e sempre ser livre de qualquer enfermidade. Quando isto não acontece, é porque ele deve estar vivendo um pecado ou porque não tem fé. (1993, p.25).

Em outras palavras, esta teologia afirma que como filhos de Deus tudo o que for pedido será concedido. Através de um investimento financeiro inicial, uma semente que será regada trará muitos frutos, a vontade do fiel passa a ser a vontade de Deus. Consequentemente a partir desta ideia o acúmulo de riquezas torna-o um cristão mais espiritual, caso isto não aconteça é que ele está em pecado ou lhe falta fé.

Tal ensinamento está em desacordo com a Bíblia, conforme o que foi comentado no item 2. Paulo ainda alerta para os sofrimentos e o contentamento com o pouco: "Suporte comigo os sofrimentos, como bom soldado de Cristo Jesus". (2Tm 2.3). No mesmo livro um pouco adiante ele reforça a ideia: "Você, porém, seja sóbrio em tudo, suporte os sofrimentos, faça a obra de um evangelista, cumpra plenamente o seu ministério". (2Tm 4.5). Em Filipenses ele conclama o crente a viver conforme a vontade de Deus para sua vida:

Não estou dizendo isso porque esteja necessitado, pois aprendi a adaptar-me a toda e qualquer circunstância. Sei o que é passar necessidade e sei o que é ter fartura. Aprendi o segredo de viver contente em toda e qualquer situação, seja bem alimentado, seja com fome, tendo muito, ou passando necessidade. Tudo posso naquele que me fortalece. (Fp 4.11-13).

O grande desafio da igreja atualmente diante desta onda de secularismo é a volta aos padrões deixados por Deus para aqueles que se dizem seus filhos. Dentro destes, o excesso de bens e de riquezas para glória pessoal, à luz das Escrituras, claramente não é um deles.

4. MORDOMIA

É imperativo, quando se estuda sobre o cristão e a riqueza, discorrer sobre a quem pertencem estes bens que geram a riqueza ao homem. Tal assunto é tratado na doutrina denominada mordomia.

Esta doutrina encontra afirmações logo nos primeiros versículos da Bíblia. Dentro do conceito de mordomia cristã afirma-se que Deus criou todas as coisas, portanto nada nos pertence, somos administradores dos bens e talentos dados por Ele, este preceito fica claro com os seguintes textos:

Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão". Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". Disse Deus: "Eis que lhes dou todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês". (Gn 1.26-29).

No livro de Salmos Deus é enaltecido como único proprietário de tudo que existe: "Do Senhor é a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem"; (Sl 24.1).

A mordomia é um preceito também confirmado no Novo Testamento conforme exposto nos textos a seguir: "Cada um exerça o dom que recebeu para servir aos outros, administrando fielmente a graça de Deus em suas múltiplas formas". (1Pe 4.10). O autor do livro de Atos afirma que Deus é o proprietário e o homem seu servo: "Ele não é servido por mãos de homens, como se necessitasse de algo, porque ele mesmo dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas". (At 17.25).

Wright (1991, p. 71 e 72) defende que Deus é o criador e proprietário definitivo de todas as coisas e, qualquer reivindicação humana sobre esta é secundária e sujeita a Ele. O homem é parte da criação e não tem direito sobre a mesma, sendo delegada a sua administração, como parte do propósito de Deus em criar o homem à sua imagem.

Gardner confirma esta posição quando cita: Da perspectiva da fé bíblica todas as coisas pertencem a Deus que é seu criador. A vida do homem, a terra e tudo que o homem tem ou é capaz de manufaturar, pelo uso da matéria-prima, colocada a sua disposição, tudo pertence a Deus (1965, p. 336).

Ao aprofundar um pouco mais este pensamento percebe-se que o fruto do trabalho com o consequente acúmulo de riqueza, por ele gerado, deve estar subordinado à vontade de Deus. Portanto o que o cristão faz com os seus ganhos deve estar voltado para a propagação dos propósitos de Deus perante a criação e um deles é a erradicação da pobreza, conforme pode se observar no texto de Deuteronômio 15.4: "Assim, não deverá haver pobre algum no meio de vocês, pois na terra que o Senhor, o seu Deus, lhes está dando como herança para que dela tomem posse, ele os abençoará ricamente".

Stevens comenta sobre a nobreza de duas responsabilidades dos seguidores de Cristo em serem criaturas à imagem de Deus. A primeira é que foram chamados para construir uma comunidade e a segunda é o chamado para representar o Rei (2008, p. 18).

Blomberg acrescenta: “[...] o domínio sobre a criação dada aos homens não lhes confere o direito de violarem o ambiente ou serem cruéis com os animais, mas a responsabilidade de cuidarem de todo o restante da ordem criada” (2009, p. 35).

Partindo destas duas ideias algumas perguntas se fazem presentes tais como: Por que está se construindo uma comunidade com tantas diferenças sociais? O cristão está representando a verdadeira vontade de Deus para a criação e a criatura? Porque a natureza e todos os seus ecossistemas estão se despedaçando? O que o cristão está fazendo para ser sal e luz perante as nações?

Aquilo que Deus concedeu ao homem (bens e talentos), para a peregrinação neste mundo deveria refletir os princípios de nossa fé. Amor a Deus - cuidando de maneira eficiente e eficaz de toda a criação e, amor ao próximo onde fosse criada uma sociedade digna para todos. Contudo os seguidores de Cristo estão cada vez mais egoístas, hedonistas e materialistas, alheios à natureza e aos seus semelhantes.

5. A ÉTICA BÍBLICA CRISTÃ

Norman L. Geisler, doutor em teologia e filosofia, define ética como: “[...] o que é moralmente certo ou errado [...]” (2010, p. 15). Mas, o que é moralmente certo ou errado para o mundo secular nem sempre é o ideal para os cristãos. Geisler tece o seguinte comentário sobre a ética cristã:

A ética cristã tem a forma de um mandamento divino. Um dever ético é algo que nós temos que fazer; é uma prescrição divina. [...] Em suma, a ética cristã baseia-se na vontade de Deus, e Deus nunca deseja algo que seja contrário ao seu caráter moral imutável (2010, p. 15, 16.).

A ética cristã possui algumas características que a diferencia das demais conforme o observado nos seguintes comentários de Geisler: A ética cristã é absoluta uma vez que o caráter de Deus é imutável e, conseqüentemente o que deriva de sua

natureza é obrigatório para todas as pessoas; A ética baseia-se na revelação geral, que é para todas as pessoas (Rm 1.19,20). Também na revelação especial, pois, revela a vontade de Deus para os cristãos (Rm 2.18-3.2); é prescritiva uma vez que é prescrita por Deus; é deontológica porque é centrada no dever do cristão.

Considerando a ética cristã absoluta, prescritiva, coletiva e centrada no dever. É correto buscar o que a Palavra de Deus tem para os seus seguidores. Portanto o Novo Testamento que é a nova Aliança em Cristo é o parâmetro a ser seguido, no tocante aos bens e riqueza, para os cristãos.

A ética cristã deve se sobrepor à ética secular uma vez que esta sempre está em constante mutação. A moral e costumes da sociedade moldam-se para satisfazer os prazeres desta. Um resumo do papel do cristão na sociedade encontra-se em Mateus 5.13 quando diz que o cristão ser sal e luz em um mundo alheio à vontade de Deus.

CONCLUSÃO

Certamente este artigo não contempla todo o assunto referente ao tema. Trata-se de uma reflexão, baseada primeiramente na Bíblia com embasamento de autores de destaque no meio evangélico, para que se reflita um pouco neste assunto não muito usual nos sermões.

Muitos cristãos estão se deixando levar por pensamentos seculares em relação à propriedade, bens e riqueza. A economia com seus períodos de alta proporcionou prosperidade ao meio evangélico. Na grande maioria dos casos, junto com esta prosperidade vem uma servidão ao materialismo e consumismo e, a consequente fuga do padrão ético cristão.

O homem parece esquecer que Deus, segundo a Bíblia, é o proprietário absoluto de tudo que existe e que todas as coisas lhe pertencem. Ele criou o mundo para que o homem fosse seu mordomo. Criou leis e mecanismos para salvaguardar a posse da terra, e evitar o poder centralizado das elites. Seu desejo era para que não existissem pobres em Israel.

O homem não segue os preceitos ditados por Deus. Busca resolver seus problemas com suas próprias forças e se moldando a outras nações. Isto ocasionou a ruína do povo israelense com o cisma do seu povo e os exílios subsequentes.

Jesus vem resgatar seu povo para seu reino. As riquezas e os bens são tratados em todo o Novo Testamento não como algo ruim, mas, com cautela onde o coração não pode estar nele. As posses e os bens devem ser utilizados com generosidade para com os outros.

Se a Bíblia é considerada o padrão para os cristãos, estes devem ser éticos, ou seja, seguir as prescrições bíblicas e uma delas é ser sal e luz para o mundo. E uma forma de pôr em prática esta prescrição é trabalhar para diminuir a pobreza no mundo. Parece, em primeiro plano, algo utópico, mas deve se começar de alguma forma, agindo com disponibilidade e incentivando o diálogo sobre este tema nas igrejas.

A missão integral é o grande desafio da igreja contemporânea. Esta missão contempla o resgate total do homem, ou seja, corpo, alma e espírito. E sem dúvida criar uma comunidade onde as diferenças sociais sejam amplamente minimizadas.

REFERÊNCIAS

Bíblia Nova Versão Internacional. São Paulo: Vida, 2007.

BLOMBERG, Graig L. **Nem Pobreza Nem Riqueza** – As posses segundo a teologia bíblica. Curitiba: Esperança, 2009.

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus, 2010.

DAVIDS, Peter H. In: Reid, Daniel G, **Dicionário Teológico do Novo Testamento**, p. 1133, 2012.

DOCKERY, David S. ed. **Manual Bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2001.

FORELL, George W. **Ética da Decisão**. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GARDNER, E. C. **Fé Bíblica e Ética Social**. São Paulo: Aste, 1965.

GEISLER, Norman L. **Ética Cristã - Alternativas e questões contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 1972.

- GONDIM, Ricardo. **O Evangelho da Nova Era**. São Paulo: Abba, 1999.
- KEELIN, Michael. **Fundamentos da Ética Cristã**. São Paulo: Aste, 2002.
- PIERATT, Alan B. **O Evangelho da Prosperidade**. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- REID, Daniel G. ed. **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- REIFLER, Hans Ulrich. **A Ética dos Dez Mandamentos**. São Paulo: Vida Nova, 1992.
- ROMEIRO, Paulo. **Super Crentes**. São Paulo: Mundo Cristão, 1993.
- SIDER, Ronald J. **Cristãos Ricos em Tempo de Fome**. São Leopoldo: Sinodal, 1982.
- STEVENS, R. Paul. **Deus e o Mundo dos Negócios** – Significado e motivação para o mundo dos negócios. Brasília: Palavra, 2008.
- TOGNINI, Enéas. **O Período Interbíblico** - (Da Babilônia a Belém). São Paulo: Batista, 1951.
- WRIGHT, Christopher J. H. **Povo Terra e Deus** – A relevância da ética do Antigo Testamento para a sociedade de hoje. São Paulo: ABU, 1991.